

**Solicitação e Autorização de Dispensa de Licitação**

O Prefeito Municipal de Tenente Portela - RS, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Comunicação Social, **AUTORIZA** a **ABERTURA** do **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO** abaixo descrito, o qual **SERÁ** processado pela Secretaria Municipal de Finanças, de acordo com as disposições contidas no **Art. 24 - Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93**:

**PROCESSO Nr.**               **54/2023**

**DISPENSA Nr.**             **17/2023**

**OBJETO:** Contratação de empresa do ramo para locação de estruturas para evento alusivo a Segunda Mobilização de Mulheres Indígenas Kaingang GT Guarita pela Vida "Meu corpo, meu Território", realizado na Terra Indígena do Guarita, Tenente Portela/RS.

**ÓRGÃO ATENDIDO:**       Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Comunicação Social.

**RECURSO :**                 Próprios

**DOTAÇÃO :**                299 - 3.3.90.39.00.00.00.1621.0000.4090

**OBJETIVOS :**           Realizar a contratação de empresa do ramo para locação de estruturas para evento alusivo a Segunda Mobilização de Mulheres Indígenas Kaingang GT Guarita pela Vida "Meu corpo, meu Território" realizado na Terra Indígena do Guarita, Tenente Portela/RS, proporcionando um espaço adequado para a realização do evento.

Tenente Portela, 22 de maio de 2023.

---

Rosemar Antonio Sala - Prefeito Municipal

O **MUNICÍPIO DE TENENTE PORTELA**, setor de Compras e Licitações, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 227, de 31 de março de 2023, com a devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal de Tenente Portela-RS, e de conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos dispostos no Art. 24 - Inciso II da Lei 8.666/93, para Contratação de empresa do ramo para locação de estruturas para evento alusivo a Segunda Mobilização de Mulheres Indígenas Kaingang GT Guarita pela Vida "Meu corpo, meu Território". O processo e o julgamento serão realizados de acordo com os procedimentos da Lei 8.666/93 e suas alterações.

## 1. OBJETO

Contratação de empresa do ramo para locação de estruturas para evento alusivo a Segunda Mobilização de Mulheres Indígenas Kaingang GT Guarita pela Vida "Meu corpo, meu Território", realizado na Terra Indígena do Guarita, Tenente Portela/RS.

## 2. OBJETIVO

Realizar a contratação de empresa do ramo para locação de estruturas para evento alusivo a Segunda Mobilização de Mulheres Indígenas Kaingang GT Guarita pela Vida "Meu corpo, meu Território" realizado na Terra Indígena do Guarita, Tenente Portela/RS, proporcionando um espaço adequado para a realização do evento.

## 3. JUSTIFICATIVA

Realizar a contratação de empresa do ramo para locação de estruturas para evento alusivo a Segunda Mobilização de Mulheres Indígenas Kaingang GT Guarita pela Vida "Meu corpo, meu Território", evento realizado na Terra Indígena do Guarita, Tenente Portela/RS, proporcionando um espaço adequado para a realização do evento.

Atendendo aos preceitos legais de tal contratação a Constituição Federal, em seu art. 37, XXI, ao fazer a exigência da licitação, ressalva que a lei ordinária poderá fixar hipóteses para estabelecer exceções à regra de licitar, que é o que se observa nos dispositivos dos artigos 24 e 25 da Lei 8.666/93, que tratam, respectivamente, de dispensa e inexigibilidade de licitação, vejamos o que diz o inciso XXI do art. 37 da CF.

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Quanto à abrangência e previsão na Lei das Licitações, 8.666/93, a previsão encontra guardada em seu artigo 24, inciso II, por se tratar de serviço de baixo valor, conforme o que segue:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;”

#### **4. EXIGÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DA CONTRATADA**

- a) Executar o objeto da presente licitação nas condições e prazos estabelecidos, seguindo as orientações dos organizadores do evento;
- b) Arcar com todas as despesas de alimentação, transporte, hospedagem e demais custos para realização do serviço, inclusive com as relativas à logística de locomoção, até aos locais de prestação dos serviços;
- c) Manter profissionais aptos a executar os serviços objeto desta licitação, sempre disponível, bem como outros em disponibilidade em caso de necessidade de substituição, em caso de qualquer imprevisto, sem custos adicionais para o Município;
- d) Credenciar por escrito junto à contratante um representante que será o interlocutor para fins previsto nesta contratação;
- e) Responsabilizar-se pelas despesas com o cumprimento das obrigações sociais, civis, fiscais e trabalhistas, decorrentes da execução total do objeto desta contratação, correndo todas por sua exclusiva conta, inexistindo qualquer tipo de solidariedade do contratante para com estas obrigações;
- f) Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com a execução dos serviços licitados, sem ônus para o Município;
- g) Responsabilizar-se pelos equipamentos de segurança utilizados por sua equipe, em consonância às legislações específicas relativas a este tema, para a perfeita execução deste contrato;
- h) Manter o Município informado sobre o andamento dos trabalhos, com o objetivo de evitar transtornos e atrasos na execução dos serviços;
- i) Atender a toda e qualquer solicitação de reformulação ou correção que se faça necessária ao bom andamento do evento.
- j) Executar os serviços nos dias e horas determinados na solicitação de fornecimento, realizando a instalação e posterior recolhimento.

#### **5 EXIGÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DA CONTRATANTE**

- a) Apoiar e proporcionar os meios necessários à consecução das atividades desenvolvidas;
- b) Apontar profissional de seu quadro para o acompanhamento e supervisão dos trabalhos executados pela contratada, com consequente interação junto ao responsável pela execução do projeto;
- c) Responsabilizar-se pelo pagamento da prestação do serviço;
- d) Fornecer as instruções necessárias à execução dos serviços e cumprir com os pagamentos nas condições dos preços pactuados;
- e) Proceder a mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento do objeto deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade da contratada;

## 6. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento ocorrerá em parcela única na conta corrente da empresa CONTRATADA, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o término da obrigação contratada.

## 7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

299 - 3.3.90.39.00.00.00.1621.0000.4090

## 8. DA COORDENAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DOS TRABALHOS

A Fiscalização do contrato que se Originará o objeto deste edital, serão de responsabilidade do Secretário Responsável pela Pasta que solicitou a aquisição e/ou por funcionário por este designado, conforme previsto em Portaria Municipal Nr. 444/2016.

## 9. DA CONTRATADA

Fica contratada a empresa: **GENILSE LAMONATTO MILANI – Casarão das Tendras**, CNPJ: 08.569.098/0001-04, com endereço AC Linha Milani, S/nº, Interior de Frederico Westphalen/RS | CEP: 98400-000.

### DOCUMENTAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

- a- Certidão Negativa Municipal da sede da contratada e da contratante;
- b- Certidão Negativa do FGTS;
- c- Certidão Positiva com Efeitos de Negativa da União / INSS / Previdência Social;
- d- Certidão Negativa Estadual;
- e- Certidão Negativa Trabalhista.
- f- Declaração que não emprega menor de idade.

## 10. DO VALOR

O valor global do presente Termo de Dispensa é de **R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais)**.

## 11. DO FORO

Fica eleito o foro de Tenente Portela/RS para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste contrato, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Tenente Portela, 22 de maio de 2023.

---

Rosemar Antonio Sala – Prefeito Municipal

RELAÇÃO DE ITENS E VALORES CONTRATADOS

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE TENDA 10m x 10m COBERTA COM LONA NA COR BRANCA, COM PÉ DIREITO NA ALTURA DE 3 METROS, PARA USO DURANTE OS DOIS DIAS DO EVENTO.	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
2	LOCAÇÃO DE CADEIRA PLÁSTICA, PARA USO DURANTE OS DOIS DIAS DO EVENTO.	1000	R\$ 4,50	R\$ 4.500,00
<b>Total R\$: 10.500,00</b>				

Demais propostas:

**NOVA PRODUÇÕES** - CNPJ: 07.211.159/0001-02 - Valor total de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

**CIA DAS LONAS LTDA** - CNPJ: 46.449.842/0001-26 - Valor total de R\$ 14.500,00 (catorze mil e quinhentos reais).

**PARECER JURÍDICO**

**Processo de Licitação – N°: 054/2023**

**Dispensa de Licitação – N°: 017/2023**

**EMENTA:** Dispensa de Licitação

A contratação por dispensa de licitação com fulcro no **artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93**, deve ser precedida em definição do objeto e motivação da dispensa, quanto ao ato legal e quanto às especificações do objeto. Além disso, deve haver previsão orçamentária para tanto. Quanto ao contrato, é necessário exigir as certidões de regularidade fiscal, considerando que todos os requisitos foram observados e cumpridos, o parecer é pela legalidade do processo em apreço.

Após a elaboração do ato de dispensa, o mesmo deve ser submetido à autoridade competente para homologação e em seguida, deve ser providenciada a publicação do contrato, nos termos do art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93.

Tenente Portela, 22 de maio de 2023.

---

**Jonas de Moura**  
Assessor Jurídico-OAB/RS 87.834